



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00001480/2023-87

Assunto: Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Fazenda e Planejamento

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso ao processo de solicitação de revisão de quinquênio. Canais para atendimento presencial indicados. Não Conhecimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00247/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Fazenda e Planejamento, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão fez orientações sobre a solicitação e indicou os canais para atendimento do pedido: *"contate o Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE, através do e-mail: ddpe@fazenda.sp.gov.br, acrescentando, especialmente, o número do processo o qual a Senhora se refere, para melhor compreensão de sua solicitação. Também é possível requerer as informações referentes ao seu pedido junto ao Órgão de Estado no qual a Senhora exerce sua atividade profissional."* Em recurso o órgão reiterou a informação prestada inicialmente, explicou o motivo pelo qual a informação seria disponibilizada por meio presencial e fundamentou sua decisão no artigo 35, § 5º, do Decreto 58.052, de 16 de maio de 2012.
3. Cabe ressaltar todavia, que parte da resposta apresentada pelo órgão no pedido inicial apresenta inadequação, uma vez que a solicitante não formulou consulta, reclamação ou denúncia, mas sim um pedido de acesso a informação, para a qual a Secretaria dispõe de canal específico para atendimento, o que é amparado pela Lei de Acesso à Informação, como pode ser observado no âmbito federal, por exemplo, na Súmula nº 1/2015 da Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI, conforme segue:

"PROCEDIMENTO ESPECÍFICO - Caso exista canal ou procedimento específico efetivo para obtenção da informação solicitada, o órgão ou a entidade deve orientar o interessado a buscar a informação por intermédio desse canal ou procedimento, indicando os prazos e as condições para sua utilização, sendo o pedido considerado atendido."
4. Feita a ressalva anterior, verifica-se no caso concreto em análise, que o órgão atendeu adequadamente o pedido formulado indicando os canais adequados e o procedimento necessário para obtenção da informação, uma vez que o atendimento desse tipo de demanda pelo canal específico é o mais apropriado, visto que as informações solicitadas são pessoais e possuem natureza sensível e o sistema SIC.SP não possui ferramentas para comprovar a identidade da requerente.

5. Cabe ressaltar que, de acordo com o artigo 6º, inciso III, e com o artigo 32 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação – LAI), cabe aos órgãos e entidades do poder público a proteção da informação pessoal, constituindo conduta ilícita a sua divulgação ou acesso indevido.
6. Desta forma, considerando que o ente indicou o canal específico para atendimento da demanda, **não conheço do recurso**, com fundamento no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 17 de julho de 2023.

Valmir Gomes Dias

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 17/07/2023, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site